

DIÁRIO DO GOVERNO

A correspondência oficial da capital e das províncias, *franca de porte*, bem como os periódicos que trocaram com o *Diário*, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por ano 18\$000
Ditas por semestre 10\$000

Comunicados e correspondências, por linha . . . 60

Número avulso, cada folha de quatro páginas . . . 40

Em conformidade da carta de lei de 24 de Maio e regulamento de 9 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de selo por cada anúncio publicado no *Diário do Governo*.

A correspondência para a assinatura do *Diário do Governo* deve ser dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importância.

SUMÁRIO

MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Portaria de 21 de Fevereiro, louvando todos os cidadãos do Pôrto, Matosinhos e Póvoa de Varzim, que prestaram serviços de auxílio e socorro por ocasião do naufrágio do vapor *Veronese*.

Relação de sócios da Cruz Vermelha a quem foi conferida a Cruz de 2.ª classe.

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, sobre movimento de pessoal.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Decretos de 22 de Fevereiro:

Autorizando o abono de serviços extraordinários a um empregado da secretaria da Penitenciária de Lisboa.

Proibindo o pároco da freguesia de Vila Nova de Famalicão de residir durante dezasseis meses dentro dos limites do respectivo concelho e limitrofes.

Cedendo por arrendamento à Junta de Paróquia da Marinha Grande um terreno do extinto passal daquela freguesia.

Nota publicação, rectificadora, do decreto que cedeu à Junta de Paróquia da Correlhã uma parcela de terreno do extinto passal da mesma freguesia.

Despachos pela Direcção Geral da Justiça, sobre movimento de pessoal.

Despachos transferindo para os juizes das respectivas comarcas o julgamento das transgressões de posturas dos concelhos de Louzada e Vieira.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Portaria de 22 de Fevereiro, autorizando o cancelamento duma hipoteca que serviu de caução a um encarregado de vendas da extinta Companhia Nacional dos Tabacos de Xabregas.

Rectificação à lei sobre transferência duma verba orçamental, publicada no *Diário* n.º 42.

Estatística comparativa do rendimento das alfândegas nos meses de Dezembro de 1911 e 1912.

Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado.

Arrematações (Folha n.º 24, apensa ao *Diário* de hoje):

Lista n.º 31:986.—No dia 22 de Março, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros pertencente ao Hospital de S. José, imposto em prédios situados na freguesia do Maxial, Torres Vedras. Foros pertencentes à Câmara Municipal de Mafra, impostos em prédios situados na freguesia das Galés, Mafra.

Lista n.º 31:987.—No dia 24 de Março, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros pertencentes à Câmara Municipal de Mafra, impostos em prédios situados na freguesia das Galés, Mafra.

Lista n.º 31:988.—No dia 24 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças do Pôrto.—Foros pertencentes a várias corporações, impostos em prédios situados nos concelhos de Vila Nova de Gaia, Gondomar e 1.º bairro do Pôrto.

Lista n.º 31:989.—No dia 24 de Março, arrematações na Inspeção Distrital de Finanças de Santarém.—Foros pertencentes à Junta de Paróquia da freguesia de Alcorochel, impostos em prédios situados na mesma freguesia, Torres Novas.

Lista n.º 31:990.—No dia 25 de Março, arrematações no Ministério das Finanças.—Foros pertencentes à Casa Pia de Beja, impostos em prédios situados na freguesia de Alvalade. S. Tiago de Cacém. Foros pertencentes à Câmara Municipal de Loures, impostos em prédios situados na freguesia de Loures.

MINISTÉRIO DA GUERRA:

Decreto de 22 de Fevereiro, declarando de utilidade pública e urgente a expropriação dum terreno destinado à construção da carreira de tiro de Guimarães.

MINISTÉRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, sobre movimento de pessoal.

Decreto de 12 de Fevereiro, rejeitando o recurso n.º 12:844, em que eram recorrentes os concessionários duma mina de antimónio.

Alvarás do governador civil de Portalegre, declarando em abandono duas minas.

Éditos para concessão dos diplomas ao descobridor de duas minas de volfrâmio situadas no concelho de Alijó.

Estatutos da Associação de Socorros Mútuos de Nossa Senhora da Lapa, do Pôrto, aprovados por alvará de 21 de Agosto de 1911.

Portaria de 22 de Fevereiro, substituindo um vogal da comissão incumbida de formular as bases da reorganização do ensino industrial.

Nova publicação, rectificadora, dos estatutos do sindicato agrícola Liga Viti-Vinicola e Pomícola do Faial e Pico.

Éditos acerca do estabelecimento duma instalação eléctrica na vila de Ovar.

Mapa das receitas e despesas dos serviços dos correios e telégrafos em Novembro de 1912.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Decreto de 22 de Fevereiro, provendo o lugar de recebedor da Repartição de Fazenda do concelho das Ilhas, do Estado da Índia.

CONGRESSO:

Câmara dos Deputados, projectos de lei:

Sobre admissão no Montepio Oficial.

Sobre duração de validade dos concursos para professores das escolas industriais.

TRIBUNAIS:

Supremo Tribunal de Justiça, acórdão da Comissão Nacional de Pensões Eclesiásticas.

Tribunal de Guerra de Lisboa, éditos para citação de réus ausentes.

Tribunal Militar de Coimbra, idem.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Câmara Municipal de Lisboa, editais alterando o nome duma rua e mandando adoptar uma postura sobre trânsito de veículos.

Junta do Crédito Público, éditos para levantamento de depósitos e averbamento de títulos; avisos para sorteio de títulos e de relações para pagamento de juros.

Administração do concelho de Vila Verde, edital acerca da gerência da Junta de Paróquia de Sande em 1895.

Bibliotecas e Arquivos Nacionais, aviso acerca do concurso para um lugar de amanuense da Biblioteca Pública de Braga.

Montepio Oficial, éditos para habilitação de pensionistas.

Caixa Geral de Depósitos, nota do movimento de fundos em Agosto de 1912.

Guarda Nacional Republicana, anúncio para venda de cavalos.

Capitania do Pôrto de Lisboa, boletim do movimento da barra.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

SUMÁRIO DOS APÊNDICES

N.º 60 — Cotação dos fundos públicos nas Bólsas de Lisboa e Pôrto, em 21 de Fevereiro.

N.º 61 — Balanete do Banco de Portugal na semana finda em 22 de Janeiro.

MINISTÉRIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administração Política e Civil

Tendo o Governo procurado averiguar o nome dos cidadãos que mais se distinguiram no salvamento dos naufragos do vapor *Veronese* a fim de lhes conferir público testemunho pela evidencição do seu altruísmo e elevadas virtudes cívicas, e tendo-se reconhecido ser impossível distinguir nomes entre os devotados cidadãos do Pôrto, Matosinhos e Póvoa de Varzim que tam dedicadamente se arriscaram para salvar a vida dos seus semelhantes, visto que as autoridades consultadas informaram não haver «distinções especiais a referir, pois que todo o povo trabalhou com dedicação e talvez os que mais e melhor fizeram sejam os anónimos que, em silêncio, se conservam tranquilos na sua consciência pelo dever cumprido»; manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior que, por intermédio das câmaras municipais daqueles concelhos, como lidimos representantes dos seus munícipes, seja transmitido aos numerosos e anónimos habitantes dos aludidos concelhos todo o louvor e público reconhecimento pelos actos de heroísmo, abnegação e altruísmo de que deram subidas provas por ocasião do naufrágio do *Veronese*.

Paços do Governo da República, em 21 de Fevereiro de 1913.—O Ministro do Interior, *Rodrigo José Rodrigues*.

Sociedade Portuguesa da Cruz Vermelha

Relação dos sócios a quem, nos termos do capítulo 8.º dos estatutos da mesma benemérita sociedade, foram conferidos, por portaria de 21 de Fevereiro corrente, a Cruz Vermelha de 2.ª classe:

João Antunes Baptista.

Henrique Maufroy de Seixas.

Ministério do Interior, em 22 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Ricardo Pais Gomes*.

Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

3.ª Repartição

Por portaria de 22 do corrente:

José de Jesus Joaquim de Araújo—exonerado; a seu pedido, do lugar de reitor do liceu nacional de Viana do Castelo.

Direcção Geral de Instrução Secundária, Superior e Especial, em 24 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, interino, *J. M. de Queiroz Veloso*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Sob proposta do Ministro da Justiça e nos termos do artigo 52.º da lei de 9 de Setembro de 1908, conformando-me com a proposta da Direcção Geral de Justiça, que faz parte deste decreto, e ouvido o parecer favorável da 1.ª Repartição da Contabilidade Pública, para os fins in-

dicados na mesma proposta: hei por bem autorizar a despesa de 47\$830 réis no corrente ano económico, e por conta da verba inscrita no Orçamento do Estado, com referência ao Ministério da Justiça.

O Ministro da Justiça assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, em 22 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Alvaro de Castro*.

Ex.º Sr.—Tendo o Secretário da Penitenciária de Lisboa assumido a direcção interina do mesmo estabelecimento, e achando-se o official da Secretaria da mesma Penitenciária, Abílio António de Castro, sobrecarregado com serviços superiores à sua categoria, acumulando as funções de official com as de Secretário, desde 9 de Janeiro último, proponho a V. Ex.ª que, nos termos do artigo 52.º da lei de 9 de Setembro de 1908, e pela verba consignada no orçamento do Ministério da Justiça, capítulo 6.º, artigo 18.º, seja autorizado o pagamento de 47\$830 réis, em remuneração dos serviços extraordinários do referido official, Abílio António de Castro, relativamente ao tempo decorrido desde 9 de Janeiro último e ao que decorrerá até o fim do corrente ano económico.

V. Ex.ª resolverá como for de justiça.

Direcção Geral de Justiça, em 20 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Despachos effectuados nas seguintes datas

Fevereiro 20

Henrique Bernardo Loureiro—demitido do lugar de secretário da morgue de Lisboa.

Fevereiro 22

Bacharel José Ferreira Rodrigues de Figueiredo dos Santos—nomeado notário interino na Louzã.

Custódio da Costa e Brito—nomeado escrivão do primeiro officio do juizo de direito da Ilha de S. Jorge.

Amândio Barbosa de Abreu e Lima Figueiredo—nomeado escrivão do quarto officio do juizo de direito de Celorico de Basto.

Luís Augusto Pavão da Silva Lial—nomeado contador do juizo de direito da Alfândega da Fé.

Exonerado o substituto do juiz de paz do distrito de Alcaçova, comarca de Elvas.

Exonerado o substituto do juiz de paz do distrito de Fornos de Algodres, comarca do mesmo nome.

Exonerado o juiz de paz do distrito de Castelões, comarca de Vieira, o nomeado para este lugar António Joaquim Ribeiro.

Pedro de Melo e Sá e José Garrido de Figueiredo—nomeado, respectivamente, juiz de paz e substituto do distrito de Fornos de Algodres, comarca do mesmo nome.

Exonerado o substituto do juiz de paz do distrito de Paranhos, comarca do Pôrto, e nomeado para este lugar Alfredo Alves Moreira Coelho.

Manoel Rodrigues Pereira—nomeado substituto do juiz de paz do distrito de Alcoutim, comarca de Vila Real de Santo António.

Bacharel Luís de Andrade e Silva—aprovado para ajudante do conservador do registo predial em Vila Nova de Ourém.

Bacharel Joaquim de Almeida e Silva—nomeado ajudante do notário de Estarreja, José Maria Lopes da Cunha.

Bacharel João Valentim Pires—nomeado ajudante do notário do Funchal, Remígio António Gil de Spínola Barreto.

António José de Carvalho Júnior—nomeado ajudante do escrivão do juizo de direito de Avis, Jacinto Riscado.

Manuel da Silva Castão—nomeado ajudante do official de diligências do juizo de direito de Estarreja, Artur Augusto Castão.

Fevereiro 24

Bacharel José Maria Braga da Cruz, notário em Braga—autorizado, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Licenças de que tem de ser pagos os emolumentos que forem devidos:

Fevereiro 22

Bacharel Frederico Guilherme da Fonseca, juiz de direito em Vila Flor—autorizado a gozar quinze dias de licença anterior.

Bacharel António Júlio do Vale e Sousa, delegado do Procurador da República em Torres Novas—trinta dias, por motivo de doença.

Bacharel Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro, delegado do Procurador da República em Sátão—trinta dias.